

**RELATÓRIO CONCLUSIVO DO *WORKSHOP***  
**“SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE**  
**RECURSOS HÍDRICOS – CAMPINAS/SP”**

Campinas, 10 de Julho de 2014.

**Resumo:** Apresenta-se uma síntese do desenvolvimento do *Workshop* “Subsídios para o Plano Municipal de Campinas- SP” realizado em 04 de Junho de 2014, das 08h30 às 17hs, em Campinas/SP, nas dependências do Centro de Conhecimento da Água/CCA/SANASA, como parte da Elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos de Campinas/SP.

**Objetivo:** Fomentar discussões em torno da gestão das águas em Campinas, priorizando a identificação dos principais problemas, conflitos e desafios futuros, através da mútua cooperação e troca de experiências. Como produto desse encontro, espera-se definir os principais subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos, integrado ao Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, ao Plano Estadual de Recursos Hídricos e ao Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista.

## **SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE CAMPINAS/SP**

A partir desse 1º *Workshop*, com a participação da administração pública, da academia, do setor produtivo e da sociedade, foram compartilhadas diferentes visões de planejamento, voltadas para a gestão dos recursos hídricos. Desse debate foram extraídos subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos, conforme segue:

Dada a meta do Governo Municipal e a necessidade de conclusão do PMRH, *a priori*, devem ser realizadas algumas atividades, como um primeiro passo para que os atores sejam ouvidos, deixando algo mais detalhado para as ações pós-plano.

Portanto, com o objetivo de conseguir o comprometimento e o desenvolvimento colaborativo, a administração pública deverá criar dispositivos que permitam a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos. Assim, como estratégia para promover a participação social, propõe-se a execução de oficinas regionais voltadas as comunidades locais, inseridas nas unidades de planejamento territorial das bacias hidrográficas, e oficinas com setores específicos como a indústria, o comércio e a agricultura.

Nos eventos regionais serão discutidos aspectos das microbacias em que os atores se encontram inseridos, além dos principais problemas locais apontados por eles. Torna-se importante que sejam reforçadas também questões como “Qual é a visão da população sobre os recursos hídricos a sua volta?”.

Já em relação aos setores específicos, deve-se ouvir as principais preocupações e propostas de soluções, bem como ressaltar a importância da existência dos planos de contingência entre esses setores.

Além disso, as universidades e centros de pesquisa podem ser consultados em relação às inovações tecnológicas que auxiliem na proposição de soluções para os problemas, levantados nas etapas anteriores.

Como estratégia para definir as áreas de mobilização social, foram sugeridos os cruzamentos e sobreposição entre as Administrações Regionais (AR), sub-bacias do PMRH e os Conselhos de Saúde.

Paralelamente às ações junto à mobilização social, torna-se importante que os técnicos envolvidos no PMRH realizem trabalhos de campo, com o intuito de conhecer o município sobre seus diferentes aspectos e necessidades, por bacia.

Para isso, propõe-se que os técnicos façam um reconhecimento das bacias e sub-bacias, munidos de um mapa da região. Tais visitas técnicas fornecerão subsídios para a elaboração de um relatório, que será incorporado ao PMRH.

Conforme debatido no referido *Workshop*, além da mobilização social, o plano deve priorizar ações que envolvam os recursos hídricos inseridos nos limites municipais, devendo discutir:

1. a Governança e Governabilidade, ou seja, ter no PMRH uma gestão voltada para a cadeia de informação, bem articulada e negociada entre todos os entes que executarão ou implementarão as metas;
2. a gestão dos recursos hídricos pautada no tripé: negociação, financiamento e planejamento estratégico. Sendo que a negociação deverá considerar os três níveis: política (entre pastas), social (com a comunidade) e técnica (entre especialistas);
3. uma Infraestrutura de Dados Geoespaciais municipais disponibilizados em um *WebGIS*, compatível com a plataforma do PCJ, permitindo uma análise com nível de detalhamento maior, se comparado ao banco de dados das bacias PCJ;
4. um programa voltado para o diagnóstico, proteção e conservação de matas ciliares, acarretando em benefícios diretos às nascentes, córregos e ribeirões que estão inseridos nos limites do município (“Produtores de água”);
5. o uso racional das águas, envolvendo a indústria, o comércio (incluindo shoppings, hotéis, entre outros), as universidades, os centros de pesquisa, o meio rural, os equipamentos públicos (escolas, centros de saúde, entre outros); e, os domicílios, integrando o PMRH ao Plano Municipal de Educação Ambiental;
6. o reúso da água e os seus impactos positivos e negativos. Além disso, discutir a captação de águas das chuvas, sua reservação e utilização,

também como fonte alternativa ao uso de água potável para os fins não potáveis;

7. a recuperação, proteção, conservação e a manutenção das áreas verdes, principalmente nas áreas urbanas, tais como as Áreas de Proteção Permanente, na forma da Lei Orgânica de Campinas, integrado ao Plano Municipal do Verde;
8. o levantamento das áreas vulneráveis, suscetíveis à erosão, compatibilizando o perfil do solo ao seu uso adequado;
9. o planejamento da cidade aliado ao licenciamento ambiental, para que haja espaço para os rios e conseqüentemente a sustentabilidade hídrica, através do mapeamento: do uso e ocupação do solo e suas taxas de impermeabilização; da arborização urbana; das unidades de conservação; das ocupações irregulares; das áreas de recarga de aquíferos; das nascentes; das vulnerabilidades hídrica; dentre outras;
10. a manutenção da qualidade de água de forma integrada com a quantidade dos recursos hídricos, considerando que as duas principais cargas que afetam diretamente a qualidade são a carga sanitária (crítica na estiagem) e a carga difusa (crítica no período chuvoso);
11. a busca de apoio/parcerias do estado (CETESB/DAEE) e Universidades e Instituições de Pesquisa na elaboração de programas de monitoramento da qualidade/quantidade das águas das microbacias de Campinas;
12. a criação de estruturas de retenção e detenção para o controle de enchentes, em bacias urbanas e rurais, com os objetivos de aumentar a permeabilidade e conservar o solo;
13. o mapeamento das estradas rurais municipais, a fim de viabilizar projetos de drenagem de suas águas pluviais, ou, ao menos, levantar os pontos que necessitam de medidas estruturais, como caixas de contenção;
14. o reconhecimento e o pagamento pelos serviços ambientais, nas áreas urbanas e rurais, incluindo a participação voluntária de empresas e ecocidadãos;

- 15.alternativas para garantir o abastecimento público do município, tais como: reservatórios (Ribeirão das Cabras, Duas Pontes, Camanducaia), adutora no rio Jaguari, entre outras;
- 16.o cadastramento e monitoramento dos poços de uso coletivo ou individual, sob o ponto de vista da quantidade e qualidade. Uma alternativa seria a instalação de medidores de vazão na captação dos poços;
- 17.a segurança da água de abastecimento, prevendo a interdição das atuais captações, em virtude de acidentes químicos ou contaminação das águas subterrâneas;
- 18.a inclusão de doenças vinculadas aos recursos hídricos, tais como a febre maculosa, leptospirose e esquistossomose nas bacias hidrográficas;
- 19.A identificação de populações expostas as áreas de risco hidrológico e/ou epidemiológico, inclusive casos de ocupação irregular;
20. Ressaltar a importância da existência dos planos de contingência entre setores industriais e comerciais, inclusive, quando possível utilizar modelos de “*benchmarking*”;
- 21.estratégias de articulação entre o Comitê PCJ, a Agência PCJ e os municípios à montante e à jusante de Campinas, com o objetivo de compartilhar experiências, discutir problemas em comum, firmar parcerias, com benefício mútuo, e trabalhos conjuntos;
- 22.um programa de capacitação contínua dos técnicos envolvidos na elaboração e gestão do Plano Municipal de Recursos Hídricos - PMRH de Campinas.